

O Consórcio CONCREMAT/ARCADIS LOGOS/ENGEORPS/TPF, devidamente qualificado no Termo de Compromisso de Constituição de Consórcio (págs. 04 a 12), por seu representante legal infra-assinado, com fulcro no art. 45 da Lei 12.462/2011, combinado com o item 16.7 do Edital, vem interpor IMPUGNAÇÃO ao RECURSO ADMINISTRATIVO interposto pelo Consórcio ECOPLAN/SKILL, requerendo o recebimento e o acolhimento das contrarrazões anexas.

Nestas contrarrazões, afora impugnar o recurso nos pontos em que o Consórcio ora peticionário é diretamente interessado (seja por que a recorrente pretende aumentar sua nota de proposta técnica, seja por que pretende reduzir a nota do Consórcio ora peticionário), serão feitas breves considerações também acerca do recurso no ponto que trata da pretensão de redução das notas das propostas técnicas das licitantes SONDOTÉCNICA e Consórcio LBR/HAGAPLAN/JHE/PLANAL/COPEM

## I. CONTRARRAZÕES AO RECURSO DO CONSÓRCIO ECOPLAN/SKILL

### I.1 DA IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO DE REDUÇÃO DA NOTA DA PROPOSTA TÉCNICA DO CONSÓRCIO CONCREMAT/ARCADIS LOGOS/ENGEORPS/TPF

O Consórcio ECOPLAN/SKILL alega, essencialmente, que o Engenheiro Mecânico Pleno (EME2) - Gutemberg Faria Rios não poderia ter recebido 10 pontos a título de Experiência Específica do Profissional - EESP, uma vez que o atestado referente à CAT nº 0720150000338 (págs. 1239 a 1273) não se enquadra na exigência do item 9 do Anexo 05 - Critérios de Julgamento da Proposta Técnica.

O recurso, nesse ponto, não comporta provimento dado que **a CAT nº 0720150000338 e atestado a ela vinculado NÃO foram indicados** por esta Licitante **para fins de comprovação e pontuação da Experiência Específica do Profissional – EESP e SIM para comprovação e pontuação da EXPERIÊNCIA GERAL DO PROFISSIONAL – EGEP.**

Com esse objetivo (EESP), foram indicadas as seguintes CATs e seus respectivos atestados:

- a) CAT 0720140001597 (págs. 1274 a 1298), referente a “Serviços de Consultoria Especializada para Elaboração de **PROJETO EXECUTIVO**, referente ao Lote E, da primeira Etapa de implantação do Projeto de Integração do Rio São Francisco com as Bacias do Nordeste Setentrional, localizado em diversos municípios nos estados de Pernambuco, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte”; e

b) CAT nº 0929/2012 (págs 1299 a 1309), referente a “Serviços relativos à Elaboração de Estudos de Viabilidade Técnico-Econômica, Estudos de Impacto Ambiental, **PROJETO BÁSICO** e obtenção da Outorga de Água e do Certificado de Avaliação de Sustentabilidade da Obra Hídrica – CERTOH, referente ao Projeto de Irrigação Mercedes V, com área irrigada de 2.000ha, localizado no município de Sinop/MT”.

**As DUAS CATs e seus RESPECTIVOS ATESTADOS vinculados, INDICADOS por esta Licitante, ATENDEM COMPLETAMENTE às exigências para comprovação da Experiência Específica do Profissional - EESP contidas (i) no item 9 do Anexo 05, bem como (ii) no item 14.7.2 desse mesmo anexo**, uma vez que o profissional Eng. Mecânico Gutemberg Faria Rios está indicado para compor a Equipe **COMPLEMENTAR – ECO**, e essas CATs comprovam a realização de PROJETOS EXECUTIVO E BÁSICO de EMPREENDIMENTOS HÍDRICOS, um deles o próprio PISF, serviços esses que se enquadram nas definições desse item do edital, ou seja, **PROJETOS e/ou execução de obras e/ou serviços de gerenciamento e/ou de engenharia do proprietário e/ou supervisão e/ou fiscalização de obras, com características definidas como similares ao objeto desta licitação, referentes a empreendimentos hídricos** (tais como usinas hidrelétricas e/ou obras de saneamento e/ou sistemas de abastecimento de água e/ou de esgotamento sanitário) **e que contenham canais ou barragens ou estação de bombeamento ou montagem de tubulação em aço.**

É importante dizer que o consórcio ora peticionário obedeceu ao disposto nos itens 14.4.3 e 14.7.3 do Anexo 05, que estabelecia que o número máximo de CATs que poderiam ser apresentadas para fins de comprovação da experiência geral e específica de cada profissional seria de 2 CATs.

Foi respeitado também o **ITEM 10** desse anexo, que estabelece que os atestados e acervos técnicos que comprovem a execução de serviços atinentes à experiência específica podem ser utilizados para comprovação e pontuação da experiência geral, **DESDE QUE ESTA OPÇÃO SEJA INDICADA NA PROPOSTA TÉCNICA.**

Cabe anotar que a Comissão adotou procedimento equivocado que consiste em não observar, em sua análise e julgamento, as **INDICAÇÕES** exigidas no Anexo 05 do Edital e claramente feitas por esta Licitante em relação às CATs (e respectivos atestados a elas vinculados) **A SEREM CONSIDERADAS PARA COMPROVAÇÃO** da EESP e/ou EGEP.

Esse mesmo procedimento foi utilizado pela Comissão de Licitação na análise de propostas de outros licitantes. Nem sempre foram observadas pela Comissão na análise e julgamento tanto de Equipe Técnica quanto da Experiência da Empresa as indicações feitas pelos Licitantes quanto aos documentos que foram apresentados para comprovação da experiência específica e aqueles apresentados para comprovar a experiência geral.

Segundo se pode extrair de avaliações feitas, a Comissão de Licitação não observou nem mesmo a necessidade de indicação obrigatória requerida no Modelo 8 do Edital, para saber com qual finalidade de comprovação e pontuação - se para EES e/ou EGE -, cada atestado estava sendo apresentado.

Esse equívoco gerou a desconsideração das indicações feitas pela ora peticionária.

No entender desta peticionária, a Comissão tinha o dever de analisar as CATs e os respectivos atestados para experiência geral ou específica **CONFORME A INDICAÇÃO QUE A LICITANTE**, em cumprimento às regras estabelecidas no edital, **FEZ EM SUA PROPOSTA TÉCNICA**, uma vez que, exercendo um direito seu, optou pelos documentos que melhor comprovam sua qualificação.

No caso concreto, conforme pode ser visto na página 263 da proposta do Consórcio CONCREMAT/ARCADIS LOGOS/ENGECORPS/TPF, para fins de comprovação e pontuação da Experiência Específica do Profissional – EESP Gutemberg Faria Rios foram apresentadas, como já dito, a CAT 0720140001597 (págs. 1274 a 1298) e a CAT nº 0929/2012 (págs 1299 a 1309) e não a **CAT nº 0720150000338**. Portanto, é improcedente a solicitação contida no recurso apresentado pelo Consórcio ECOPLAN/SKILL de redução em cinco pontos da pontuação atribuída à Experiência Específica – EESP deste profissional, já que a CAT 0720140001597 (págs. 1274 a 1298), e a CAT nº 0929/2012 (págs 1299 a 1309) referem-se a obras hidráulicas.

## I.2 DA IMPROCEDÊNCIA DOS PEDIDOS DE AUMENTO DA NOTA DA PROPOSTA TÉCNICA DO CONSÓRCIO ECOPLAN/SKILL

### I.2.1 Engenheiro de Planejamento Sênior (EPL) - Julio Fortini de Souza.

O Consórcio ECOPLAN/SKILL requer que seja atribuída a pontuação referente ao quesito Currículo Acadêmico desse profissional.

De acordo com o item 9.14 do Edital, todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão estar legalizados em seu país de origem, ou seja, **notarizados, consularizados; traduzidos para o português, por Tradutor Público**, com sua firma reconhecida; e registrado em Cartório de Títulos e Documentos.

Pela análise da documentação juntada, a exigência contida no item 9.14 do Edital **NÃO FOI CUMPRIDA INTEGRALMENTE**, ou seja, não foram cumpridas todas as etapas requeridas, descritas no item 9.14, para o documento ser válido neste processo licitatório. O próprio recurso reconhece que o diploma da Universidade Politécnica de Madrid que foi por ela apresentado está redigido em língua espanhola e não se fez acompanhar de tradução como exige o edital.

Não importa a alegação de que os processos de reconhecimento de diplomas de pós-graduação não demandem tradução de documentos emitidos em língua espanhola. A Comissão, corretamente,

sujeita que se encontra ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório em atenção ao art. 3º da Lei 8.666/93, não poderia deixar de aplicar as exigências do edital e, muito menos, promover diligência para consultar documento que não foi incluído na proposta técnica daquela licitante (consultando processo na Universidade de Brasília).

Como se sabe, o princípio da vinculação ao instrumento convocatório é um princípio basilar de todas as licitações, vinculando tanto os licitantes quanto a própria Administração, conforme se extrai da lição de Hely Lopes Meirelles:

“A vinculação ao edital é princípio básico de toda licitação. Nem se compreenderia que a Administração fixasse no edital a forma e o modo de participação dos licitantes e no decorrer do procedimento ou na realização do julgamento se afastasse do estabelecido, ou admitisse documentação e propostas em desacordo com o solicitado. O edital é a lei interna da licitação, e, como tal, vincula aos seus termos tanto os licitantes como a Administração que o expediu.” (Direito Administrativo Brasileiro, Contratos Administrativos e Licitação, Hely Lopes Meirelles, editora Malheiros, 20ª edição, pág. 249 e 250).

Na mesma linha, veja-se o que diz o professor Marçal Justen Filho:

“O instrumento convocatório cristaliza a competência discricionária da Administração que se vincula a seus termos. Conjugando a regra do art. 41 com aquela do art. 4º, pode-se afirmar a estrita vinculação da Administração ao edital, seja quanto as regras de fundo quanto àquelas de procedimento. Sob um certo ângulo, o edital é o fundamento de validade dos atos praticados no curso da licitação, na acepção de que a desconformidade entre o edital e os atos administrativos praticados no curso da licitação se resolve pela invalidade destes últimos. Ao descumprir normas constantes do edital, a Administração Pública frustra a própria razão de ser da licitação. Viola os princípios norteadores da atividade administrativa, tais como a legalidade, a moralidade, a isonomia. O descumprimento a qualquer regra do edital deverá ser reprimido, inclusive através dos instrumentos de controle interno da Administração Pública. Nem mesmo o vício do edital justifica pretensão de ignorar a disciplina por ele veiculada. Se a Administração reputar viciadas ou inadequadas as regras contidas no edital, não lhe é facultado pura e simplesmente ignorá-las ou alterá-las. Verificando a nulidade ou inconveniência dos termos do edital, a Administração poderá valer-se de suas faculdades para desfazimento dos atos administrativos.” (Marçal Justen Filho, Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativo, Editora Dialética, 11ª edição, pág. 401)

(Marçal Justen Filho, Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativo, Editora Dialética, 11ª edição, pág. 431)

Igualmente não cabe o argumento de que deveria ser “comparada” a atuação da comissão no caso com aquela adotada para avaliar a documentação relativa ao Geólogo Sênior (GEO) Sohrab Shayani, indicado pelo Consórcio LBR-HAGAPLAN-JHE-PLANAL-COPEM.

Se houve irregularidade também na documentação relativa ao citado geólogo indicado por outro consórcio, caberia recurso para reduzir a pontuação daquele consórcio e não para que seja desrespeitado o edital e conferida pontuação a título de ACAD ao Engenheiro de Planejamento Sênior Julio Fortini de Souza, que não apresentou tradução para a língua portuguesa do documento estrangeiro emitido pela Universidade Politécnica de Madrid, como confessado pelo Consórcio ECOPLAN/SKILL, desrespeitando o item 9.14 do Edital.

Cabe ressaltar ainda que, de acordo com o item 14.8.2 do Anexo 05 do edital, os cursos de pós-graduação realizados pelo profissional deverão ser atinentes à sua formação e consequente função que exercerá no quadro da equipe. E, no caso do profissional Julio Fortini de Souza, o curso em Economia Agrária e Recursos Naturais em nada contribui para o exercício das funções de um Engenheiro de Planejamento e, portanto, não há por que ser pontuado.

Mesmo a equivalência prevista na Portaria Normativa MEC nº 22/2016 entre esse diploma e o curso de Doutorado em Desenvolvimento Sustentável, da UnB, não permite que se considere tal formação acadêmica como pertinente às funções de Engenheiro de Planejamento.

Logo, a d. Comissão agiu acertadamente ao não atribuir pontuação para o quesito Currículo Acadêmico do profissional em questão, seja pelo descumprimento da exigência do item 9.14 do Edital, seja por não atender ao que consta do item 14.8.2 do Anexo 05 do edital. **O pleito do Consórcio ECOPLAN/SKILL não pode prosperar nesse ponto.**

I.2.2 Engenheiro Eletricista Pleno (EEL2) - Antônio Fernando da Cunha Canto.

O Consórcio ECOPLAN/SKILL requer que seja atribuída pontuação para o quesito Experiência Específica desse Profissional.

Correta a decisão da Comissão, porém, já que a CAT nº 4266/2011 e o atestado a ela vinculado (págs. 639 a 663) **NÃO** atendem às exigências para comprovação da Experiência Específica do Profissional.

Apesar da UHE FOZ DO CHAPECÓ ser uma obra considerada similar ao objeto desta licitação (uma Usina Hidrelétrica), o **OBJETO DO ATESTADO APRESENTADO** está relacionado apenas ao Sistema de Transmissão de Energia Elétrica de 230 kV, de propriedade da Foz do Chapecó Energia S.A., ou seja, envolve **APENAS** linhas de transmissão e **subestações energizadas** e, portanto, **NÃO** comprova a atuação deste profissional em parcela das obras da UHE FOZ DO

CHAPECÓ envolvendo canais ou barragens ou estação de bombeamento ou montagem de tubulação em aço, conforme exigido no item 9 do Anexo 05.

Para confirmar esse entendimento, a licitação CODEVASF EDITAL Nº 15/2018 revela claramente que quando o edital considera necessário valorizar a experiência específica em Linhas de Transmissão e em Estações de Bombeamento, o faz expressamente, e tais experiências eram claramente distintas.

No caso concreto, no item 7.2.3 do Termo de Referência daquele Edital constavam as duas características na relação dos itens a serem comprovados, conforme reproduzido a seguir:

7.2.3. São consideradas características semelhantes ao PISF os empreendimentos hidráulicos e/ou empreendimentos hidroelétricos com:

- Canal com vazão maior ou igual a 28 m<sup>3</sup>/s;
- Túnel com vazão maior ou igual a 18 m<sup>3</sup>/s;
- Barragem e/ou reservatório com volume útil maior ou igual a 0,30 x 10<sup>6</sup> m<sup>3</sup>;
- Aquedutos em quantidades maior ou igual a 4 unidades;
- Estações de bombeamento ou outras instalações, equipadas com motores elétricos ou geradores elétricos, com potência instalada unitária maior ou igual a 2,00 MW;
- Subestação de energia elétrica com tensão nominal maior ou igual a 230 kV e potência unitária maior ou igual a 12 MVA; e
- Linha de transmissão com tensão nominal maior ou igual a 230 kV.

No presente certame o Consórcio ECOPLAN/SKILL fez prova de experiência específica em Linhas de Transmissão da UHE FOZ DO CHAPECÓ, mas não em Estações de Bombeamento.

Em resumo, na avaliação do Engenheiro de Planejamento Sênior (EPL) e do Engenheiro Eletricista Pleno (EEL2) do Consórcio ECOPLAN/SKILL, como é de se esperar, a Comissão Permanente de Licitação seguiu os critérios de julgamento estabelecidos no edital, devendo, portanto, sua **decisão ser mantida** e o **pleito** do Consórcio ECOPLAN/SKILL **não deve prosperar**.

## II. CONSIDERAÇÕES SOBRE OUTROS PONTOS DO RECURSO APRESENTADO

Por aplicação analógica do disposto no art. 345, I, do Código de Processo Civil, a parcela do recurso apresentado pelo Consórcio ECOPLAN/SKILL voltada a questionar notas atribuídas a outros consórcios é matéria de legítimo interesse do consórcio ora peticionário.

Diante dessa circunstância, nas presentes razões este Consórcio vem apresentar breves considerações acerca de outros fundamentos do recurso, as quais apresenta no exercício de seu direito constitucional de petição, o que faz sem aduzir argumentos novos que demandem reabertura dos prazos para manifestação dos consórcios interessados.

## II.1 DO PEDIDO DE REDUÇÃO DA NOTA DA PROPOSTA TÉCNICA DA LICITANTE SONDOTÉCNICA

O Consórcio ECOPLAN/SKILL requer que sejam zeradas as notas para os quesitos Experiência Geral (EGEP) e Experiência Específica (EESP) do profissional Engenheiro Mecânico Pleno (EME2) proposto pela SONDOTÉCNICA, Paulo Cezar Ferreira Erbisti, alegando que os atestados apresentados não atendem à exigência do item 9 do Edital - REGRAS DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA TÉCNICA - nem do Item 14 dos CRITÉRIOS DE JULGAMENTO DA PROPOSTA TÉCNICA.

Sobre o Atestado 1 - CAT n.º 12208/2005, o Recorrente afirma que esta CAT não pode ser considerada no julgamento, pois ela não vincula qualquer atestado (págs. 1260 a 1261), trata-se apenas um certificado de existência da ART nos arquivos do CREA/RJ, conforme descrito na própria certidão: “CERTIFICO PARA FINS DE ACERVO TÉCNICO QUE NOS ARQUIVOS DESTE CREA CONSTAM AS ARTS ABAIXO EM NOME DO PROFISSIONAL”.

Sobre o Atestado 2 - CAT n.º 12211/2005, o Recorrente afirma que esta CAT também não pode ser considerada no julgamento, pois ela não vincula qualquer atestado (págs 1306 a 1307), trata-se apenas de um certificado de existência da ART nos arquivos do CREA/RJ, conforme descrito na própria certidão: “CERTIFICO PARA FINS DE ACERVO TÉCNICO QUE NOS ARQUIVOS DESTE CREA CONSTAM AS ARTS ABAIXO EM NOME DO PROFISSIONAL”.

Por fim, a Recorrente destaca que a CAT n.º 2107/98 e respectivo Atestado apresentado nas páginas 1262 a 1305 não possui qualquer valor, pois nem a CAT nem o atestado possui o nome do engenheiro mecânico Paulo Cezar Ferreira Erbisti.

De fato, as CATs apresentadas não vinculam qualquer atestado, apesar da forma de apresentação levar a se crer que os atestados apresentados acompanhavam as CATs.

Portanto, neste ponto, o pleito do Recorrente Consórcio ECOPLAN/SKILL merece ser acatado e as notas para os quesitos Experiência Geral (EGEP) e Experiência Específica (EESP) do profissional merecem ser revistas pela d. Comissão Permanente de Licitações e, caso a Comissão decida por aceitar as CATs apresentadas, então, os valores dos contratos de consultoria constantes nas CATs é que devem ser considerados para fins de atualização e enquadramento na pontuação prevista na Tabela 2 do Anexo 05.

## II.2 DO PEDIDO DE REDUÇÃO DA NOTA DA PROPOSTA TÉCNICA DO CONSÓRCIO LBR-HAGAPLAN-JHE-PLANAL-COPEM

O Consórcio ECOPLAN/SKILL requer que seja zerada a nota para o quesito Currículo Acadêmico (ACAD) do Geólogo Sênior (GEO) Sohrab Shayani, alegando que o grau de mestre em Ciências pela Universidade de Illinois não está revalidado por universidade brasileira. O grau de mestre não tem validade no Brasil porque não atende a PORTARIA NORMATIVA Nº 22, de 13 de dezembro de 2016 que dispõe sobre normas e procedimentos gerais de tramitação de processos de solicitação de revalidação de diplomas de graduação estrangeiros e ao reconhecimento de diplomas de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), expedidos por estabelecimentos estrangeiros de ensino superior.

A ora peticionária até poderia acrescentar argumentos adicionais para reforçar a improcedência da pontuação atribuída ao profissional, mas deixa de fazê-lo considerando encontrar-se preclusa tal possibilidade, e considerando que eventual argumentação nova retardaria o processamento dessa fase recursal, exigindo da Comissão que reabrisse prazo para defesa por parte do Consórcio LBR-HAGAPLAN-JHE-PLANAL-COPEM, em respeito ao contraditório e por aplicação analógica do art. 9º do Código de Processo Civil.

Diante do que foi exposto, neste ponto, o pleito da Recorrente Consórcio ECOPLAN/SKILL merece ser acatado e a nota para o quesito Currículo Acadêmico (ACAD) do profissional merece ser revisada pela d. Comissão Permanente de Licitações de 3 pontos para zero.

## III – CONSIDERAÇÕES FINAIS E REQUERIMENTO

Diante de todo o exposto, roga o Consórcio CONCREMAT/ARCADIS LOGOS/ENGECORPS/TPF que não seja acatado o Recurso Administrativo interposto pelo Consórcio ECOPLAN/SKILL, devendo este ser julgado totalmente improcedente com relação ao aumento da nota da proposta técnica do citado consórcio e com relação à redução da nota da proposta técnica do Consórcio CONCREMAT/ARCADIS LOGOS/ENGECORPS/TPF.

No mais, reitera-se a concordância com o recurso apresentado pelo Consórcio ECOPLAN/SKILL nos pontos em que esse consórcio recorrente apresenta razões voltadas à redução das notas das propostas técnicas da licitante SONDOTÉCNICA e do Consórcio LBR/HAGAPLAN/JHE/PLANAL /COPEM.

Se, no entanto, decidir a Douta Comissão por discordar dos pedidos formulados nestas contrarrazões, este Consórcio requer que se digne de fazer subir a Impugnação em questão, acompanhada das presentes contrarrazões à D. Autoridade competente para julgamento, cumpridas as formalidades de praxe.



Brasília, 28 de fevereiro de 2020.

Marcio Tagliari

Representante do Consórcio CONCREMAT/ARCADIS LOGOS/ENGECORPS/TPF